

**Documento elaborado em resposta à solicitação da Procuradoria em Marabá (cf. Ofício 17.02.05), datada originalmente de 2003, sobre as indenizações da ELETRONORTE e CELPA.**

As negociações com a ELETRONORTE para a passagem das linhas de transmissão de alta tensão Marabá-Imperatriz (subsidiária da UHE Tucuruí) pelo interior da TI Mãe Maria foram iniciadas em 1976, quando da realização dos estudos topográficos para o empreendimento. Na ocasião, a comunidade, abalada com o anúncio da destruição de seus melhores castanhais, roçados, aldeia e cemitério, solicitou a revisão do traçado da rede, de modo a desviá-la da Terra Indígena, o que foi negado pela ELETRONORTE sob a alegação de “custos elevados”.

Após quatro anos de árduas negociações, em 10 de junho de 1980 foi assinado um Termo de Convênio entre a FUNAI e a ELETRONORTE, com a interveniência dos representantes da Comunidade Indígena, para indenização em dinheiro e previamente pelo uso da terra (Cr\$ 392.080,00) e por benfeitorias, auxílio remoção, relocação das aldeias e contribuição para serviços comunitários (Cr\$39.607.920,00) diante da alteração das condições de trabalho e de vida da comunidade, conforme uma reunião ministerial havida a 23.04.80. No entanto, os valores pagos não chegavam a 40% daquele que havia sido estipulado pela FUNAI, com o concurso de juristas especializados independentes, que então assessoraram a comunidade indígena. A constituição da servidão administrativa e o pagamento das indenizações foram registrados no Cartório do 2.o Ofício de Marabá.

Diante da proximidade da estação das chuvas e do cronograma da empreiteira para a instalação das torres metálicas a cada 500 metros numa faixa de 150 metros de largura por 19 km de extensão, a faixa onde viria a ser implantada a linha de transmissão foi queimada e a madeira não foi aproveitada, descumprindo o Termo de Convênio.

A relocação da aldeia foi então apressada pela construção da rede, tendo ocasionado uma grave situação de saúde na comunidade, abrigada em instalações provisórias, até que a aldeia fosse devidamente reconstruída, em alvenaria, dada a pressão dos comerciantes regionais e a indisponibilidade da madeira.

Em 1987, para a passagem do 2.o circuito da LT paralelamente ao 1.o, houve uma segunda indenização através de um Termo de Compromisso entre a ELETRONORTE e a FUNAI, com a interveniência da Comunidade Indígena. Esta indenização constava da implantação de sistema de energia elétrica na aldeia (“para mais de 120 casas”), com faturamento à ELETRONORTE e CELPA, sem qualquer ônus para a comunidade. A indenização incluiu a aquisição de um veículo para a comunidade (D-20, cabine dupla), a construção de um poço semi-artesiano com bomba e ligação com caixa d’água (já existente) e instalação de um chafariz para uso coletivo da comunidade.

Em 27 de janeiro de 1988, para a construção e manutenção das LT Marabá-Rondon do Pará em 69 kV e da linha de distribuição Marabá-Bom Jesus do Tocantins em 13,8 kV no interior da TI Mãe Maria (paralelas à rodovia então estadual PA-70), numa faixa de 21 km de extensão por 40 m de largura, foi firmado um Termo de Compromisso entre a Comunidade Indígena Parkatêjê (assistida pela FUNAI) e a CELPA. A Comunidade foi indenizada em quarenta milhões de cruzados (cheque nominal) e vinte e oito milhões de cruzados restantes em dez parcelas mensais e sucessivas depositadas em caderneta de

poupança em nome da Comunidade Indígena Parkatêjê. O uso da faixa sob a rede poderia ser utilizado pela comunidade, bem como a madeira que seria retirada para dar lugar à rede de baixa tensão.

Em 1996, um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, com técnicos da CETEL (Eletrobrás) apontou a situação de risco dos integrantes da Comunidade Indígena Parkatejê e a probabilidade de dois óbitos então ocorridos entre jovens (um rapaz de 24 anos e uma jovem de 22 anos) em decorrência de doenças degenerativas estarem relacionados aos efeitos dos campos eletromagnéticos sobre a saúde humana. A comunidade foi então aconselhada a retirar todo o rebanho bovino que se encontrava nas pastagens formadas sob as linhas de alta tensão (onde trabalhavam quatro rapazes), bem como a transferir um núcleo habitacional (família Guarani) situado a menos de 100 metros da rede. Na ocasião foi indicada ainda a necessidade de monitoramento permanente do quadro epidemiológico e imonológico da população em Mãe Maria.

Em 1997, a Comunidade Parkatêjê encaminhou à ELETRONORTE um projeto solicitando apoio às atividades extrativistas (castanha-do-Pará e cupuaçu) e agropecuárias. Esperava-se que a ELETRONORTE implantasse na TI Mãe Maria um programa de apoio a longo prazo, assim como o Programa Parakanã ou o Programa Waimiri-Atroari (AM). O pedido, no entanto, foi negado pela empresa, que queria condicioná-lo a um “adiantamento” por uma virtual indenização pela passagem de um 3.o circuito da LT paralelo aos primeiros. (Este 3.o circuito está sendo implantado junto ao limite norte da Terra Indígena, sob a responsabilidade da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia, com sede em São Paulo).

Em 2001 foi solicitada à CELPA a implantação do sistema elétrico no adamento recém-formado no km 25 da Comunidade Kyikatejê.

Em fevereiro de 2004, através da ELETRONORTE, foram solicitadas providências da CELPA quanto aos problemas de energia elétrica verificados na aldeia do km 30 (baixa tensão no ramal de 13,8 kV), bem como a aquisição de um novo transformador de maior potência para atendimento à comunidade. Em março de 2004, a ELETRONORTE

Ao final deste mesmo ano, foram retomados os contatos dos representantes da Associação Parkatejê com a ELETRONORTE (sempre através do responsável pela Subestação de Morada Nova), no sentido de providenciar a instalação de sistema elétrico nas 15 casas recém-construídas para ampliação da aldeia no km 30, assim como a instalação de sistema elétrico na localidade denominada “Negão”, situada no km 37, nas proximidades do limite da Terra Indígena, onde foi instalado um projeto agrícola da comunidade <sup>CVRD</sup> que atualmente conta com geração de energia a óleo diesel, a custos muitos elevados. A Comunidade Parkatêjê aguarda o pronunciamento do responsável da ELETRONORTE (que se encontrava realizando um curso em Belém) para formalizar os pedidos junto à empresa.